

O PROBLEMA DA DEMOGRAFIA: COMO ENFRENTÁ-LO?

1. Um problema Europeu

A população da U.E. representa hoje apenas 5.7% da população mundial e, mesmo considerando a continuação futura de um saldo migratório acentuado, as projecções feitas para 2070 indicam que, nesta data, ela não representará senão 3.7% (número das Nações Unidas).

Hoje, os dois países mais populosos do planeta (Índia e China) representam 36% da população mundial, números que sobem para 50% se considerarmos os 6 países com maior população (os dois anteriores, a que se juntam o Brasil, a Indonésia, o Paquistão e a Nigéria), sendo que, as previsões para as próximas décadas apontam para que o maior aumento populacional venha a ocorrer na África subsariana, fazendo com que esta, em 2070, possa atingir 28% da população mundial.

Uma Europa com um peso tão reduzido na população planetária tem um problema na disputa de um lugar cimeiro na economia mundial. Contudo, o problema não resulta apenas de um menor crescimento populacional, mas do facto de registar uma evolução negativa do seu **saldo natural** (1), ainda que compensado por **saldos migratórios** (2) positivos. O menor número de nascimentos leva a um claro envelhecimento da população com uma “pirâmide demográfica” a crescer no topo e a encurtar na base, fazendo com que 21% da população tenha hoje mais de 65 anos, ultrapassando o número dos que se situam no escalão etário dos 10 aos 24 anos. Ora, as projecções do envelhecimento, reforçadas pelo aumento continuada da esperança de vida, apontam para que, em 2070, mais de 30% da população europeia venha a ter mais de 65 anos.

Os números conhecidos para 2023 mostram que a **idade mediana** (3) na Europa se situa nos 42.2 anos, sendo a Itália o país com o número mais elevado (47.2 anos), logo seguida por Portugal com 46.2 anos. Números que traduzem, face a 1950, um aumento de 14.6 anos, com Portugal a liderar os aumentos a partir do início deste século.

O impacto destas mudanças, do ponto de vista económico, faz-se especialmente sentir na redução do peso da **população em idade activa** (entre os 15 e os 64 anos), seja pelo lado do factor trabalho, seja na sustentabilidade dos regimes de segurança Social.

2. Um problema português

A situação portuguesa enquadra-se neste contexto europeu, embora menos exposta às comparações com as populações de outras regiões do globo, pois não visamos ser, enquanto país, uma potência à escala global. Contudo, em vários indicadores, o nosso perfil evolutivo tem contornos agravados face à média europeia. Vejamos o que nos mostram os números estatísticos existentes.

2.1. Um saldo natural em défice continuado

O saldo natural tem sido persistentemente negativo desde 1950, apresentando uma continuada tendência de agravamento: se, no período 1950-67, o número de nascimentos ainda se situava nos 200 mil por ano, no período 2011-24 esse número baixa para menos de 100 mil. A explicá-lo, o facto de sermos na U.E. o país com o maior número de agregados familiares com apenas 1 filho, o que corresponde a 60% dos agregados familiares com filhos.

Nos últimos anos, a **taxa bruta de natalidade** (4), apesar de um ano de 2023, em que ocorreu uma ligeira recuperação face aos anos COVID (com 8.1), tem vindo a baixar, tendo os números de 2024 dado continuidade à tendência de descida, apresentando uma taxa de 7.9 (apenas superior à do ano COVID de 2021). Em linha com esta taxa, o **índice sintético de fecundidade** (5) não tem apresentado sinais de recuperação, tendo mesmo em 2024 diminuído ligeiramente para 1.40, após ter registado uma pequena subida em 2022 e 2023 (com 1.44), anos em que esteve cima dos números da década passada. Em resultado disso, nos últimos 10 anos, a população jovem (0 aos 14 anos) desceu de 14.2% para 12.6% do total da população.

Contudo, olhando para os números dos anos mais recentes, divulgados pelo INE, regista-se que a partir de 2018 se dá um aumento da população nacional (que, em 2024, atingiu 10.750 milhões de pessoas, registando, face a 2018, um aumento de 416 mil residentes). Esta mudança é resultado da **inversão do saldo migratório**, que passou a ser positivo em 2017, apresentando números especialmente expressivos nos três últimos anos, com um somatório de entradas líquidas de estrangeiros residentes que atingiu as 456 mil pessoas, ou seja, cerca de 120 mil novos imigrantes/ano. Um número que, atendendo à dimensão populacional do país, não pode deixar de ter um impacto social significativo e se afigura impossível de manter de forma continuada.

Ao mesmo tempo, a mediana etária da população continuou a sofrer uma subida acentuada, como já assinalámos, tendo-se assistido a um aumento do **índice de envelhecimento** (6) que, em 2024, atingiu o máximo histórico de 192.4. Ou seja, ele agrava-se mesmo com o aumento da imigração, que é maioritariamente constituída por pessoas mais novas, a qual veio, aliás, permitir uma ligeira recuperação do **índice de renovação da população em idade activa** (7) que atingiu 80.7 (valor este ainda abaixo dos números anteriores a 2018).

2.2 A compensação população a resultar do saldo migratório

Como já vimos, os números do saldo migratório foram o único meio que permitiu estancar, nos anos mais recentes, a tendência de perda de população no nosso país, no quadro de um saldo natural que, não só se mantém ao longo dos anos negativo, como se agravou a partir do início da presente década. Mas, olhando, para o período que começa no início da década passada e até 2016, também o saldo migratório esteve em terreno negativo, para isso contribuindo um forte acréscimo da emigração que viria, contudo, a desacelerar a partir da segunda metade da década, e que fez com que, na sua primeira metade tenha havido uma perda de população. Só com a inversão do saldo migratório, iniciada em 2017, é que a partir de 2019 e anos seguintes este saldo passou a compensar o saldo natural negativo, dando início a um novo ciclo de aumento da população residente que ainda se mantém (até quando?).

Olhando para os números da **emigração** no nosso país eles não têm deixado de aumentar, traduzindo-se num número crescente de portugueses a residir fora do nosso país. Entre 1960 e 2020 o aumento destes atingiu as duas vezes e meia, sendo, nesta última data, cerca de 2.6 milhões de pessoas, ou seja, o dobro do número de estrangeiros a residir em Portugal no início desta década.

Quanto ao número de **imigrantes** eles atingiram em 2024, segundo a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), **1,547 milhões de residentes estrangeiros**, tendo, em apenas 5 anos, entrado no país 810 mil novos imigrantes permanentes, fazendo com que a população estrangeira a residir em Portugal seja hoje **14.5% da população residente**.

Analisando o perfil da população imigrante, de acordo com os números divulgados pelo Observatório das Migrações “*Migrações em Números – Relatório Estatístico 2023*”, podemos fazer, de seguida, uma breve caracterização dos mesmos (refira-se que a informação reporta, no essencial, ao ano de 2022):

a) Por **grupos etários**, a maioria dos imigrantes tem idade entre 20 e 45 anos (61.1% do total da população imigrante), o que permitiu atenuar a progressão do índice de envelhecimento da população residente, tendo para isso contribuído, sobretudo, os imigrantes originários de países fora da Europa;

b) Na distribuição dos emigrantes pelas **regiões do país**, verifica-se que Lisboa (distrito) absorveu o maior número de imigrantes, com 42% do total, seguido, a larga distância, por Faro (14%), Setúbal (10%) e Porto (9%). Ou seja, no geral, verifica-se que as regiões com maior população (regiões de alta densidade) são também aquelas que continuam a atrair mais imigrantes, não contribuindo estes para inverter ou atenuar os desequilíbrios demográficos, embora desacelerando, de algum modo, a tendência de concentração populacional no território;

c) Por **nacionalidade de origem** dos imigrantes, destaca-se claramente o Brasil com 30.7% do total dos mesmos, seguido a larga distância pelo Reino Unido (5.8%), Cabo Verde (4.7%), Itália (4.5%) e Índia (4.4%). A imigração brasileira é também aquela que revela maior heterogeneidade no seu perfil;

d) As **habilitações académicas/qualificações** dos imigrantes variam, em grande medida, de acordo com a nacionalidade dos mesmos, com um claro contraste entre europeus

ocidentais, por um lado, e africanos e asiáticos, por outro, surgindo os brasileiros numa posição intermédia. Os países que apresentam imigrantes com maiores habilitações (juntando ensino secundário e ensino superior) são a França (83.8% possuindo um dos graus de ensino referidos), a Espanha (76%) e, a alguma distância, o Brasil (56.7%). As percentagens mais baixas ocorrem em nacionais da Índia (23.4%), da Guiné Bissau (23.4%) e de Cabo Verde (31.9%). De referir que, comparando o conjunto dos estrangeiros residentes, com os portugueses, o perfil académico não é muito diferenciado, registando mesmo os imigrantes uma ligeira vantagem na percentagem de pessoas possuindo o ensino secundário ou superior;

e) Quanto às **actividades económicas** exercidas pelos imigrantes (considerando apenas os trabalhadores por conta de outrem), são mais de 50% os que estão empregados nos **serviços**, com destaque para as “actividades administrativas e de serviços de apoio” (22%), o alojamento e restauração (16%), e o comércio e reparação automóvel (11%). A **construção** surge claramente abaixo dos serviços com 11% e a **indústria transformadora** ocupa 10% dos trabalhadores imigrantes;

f) Olhando para os níveis de **remunerações**, verificam-se grandes disparidades, com os trabalhadores estrangeiros a receberem salários acima dos portugueses nas funções com maiores qualificações e, inversamente, a ficarem bastante abaixo nas funções com níveis de qualificação mais reduzidas (nestes, destacando-se os imigrantes do Nepal, Bangladesh e Tailândia);

g) Em termos de **contratos de trabalho**, o número dos que possuem contratos sem termo é praticamente igual aos que têm contratos a termo certo (37% e 36%, respectivamente). Aqui, a diferença em relação aos portugueses é expressiva, com 71% destes a possuírem contratos sem termo. Os trabalhadores asiáticos são aqueles em que é maior a percentagem dos contratos a termo certo ou incerto (por comparação com os contratos sem termo);

h) Quanto aos **alunos estrangeiros** matriculados no nosso sistema de ensino, o número tem vindo a aumentar, sendo de 86 mil no ano 2021/22 no ensino básico e secundário e de 66 mil no ensino superior, o que corresponde a 8.7% e 16%, respectivamente, do número total de alunos nestes graus de ensino;

i) Em matéria de **indicadores de integração** a tendência, de acordo com a escassa informação estatística disponível, revela uma evolução que, em geral, podemos considerar ir num sentido positivo. Assim, nos **casamentos** realizados em Portugal os cidadãos estrangeiros já estiveram, em 2022, presentes em 19.2% dos mesmos, quer em casamentos mistos (um cônjuge português e um estrangeiro), quer em casamentos em que ambos os cônjuges são estrangeiros. Por nacionalidades destaca-se aqui o Brasil, em que é, também, particularmente elevado o número de casamentos mistos (sobretudo, envolvendo mulheres brasileiras). Já no caso de cidadãos de países do leste da Europa a maioria dos casamentos realizados liga cônjuges da mesma nacionalidade. Também, ao nível

dos processos de **naturalização de estrangeiros**, o seu número tem vindo a aumentar a partir de 2018, na maioria dos casos envolvendo cidadãos de países de língua portuguesa (59% em 2022, com destaque para oriundos do Brasil com 31%), embora estes processos representem apenas 3.8% do total de estrangeiros residentes. Igualmente, o indicador **reclusos estrangeiros** mostra que o seu número tem vindo a baixar ao longo da última década (sendo de 1900 em 2022), representando 15% da população prisional existentes (ou seja, uma percentagem que está apenas ligeiramente acima dos nacionais, considerando os dois universos populacionais residentes). Já quando olhamos para as **condições de residência** estas apresentam um padrão muito pouco satisfatório, revelando a existência nos não nacionais de taxas de sobrelotação elevadas (a taxa nos estrangeiros residentes é de 19% o que compara com a taxa de 8% para os portugueses).

j) Por último, em relação à **segurança social** é expressivo o aumento do peso dos imigrantes nas contribuições pagas, representando 13.5% do total de contribuintes e apresentando um saldo entre pagamentos e recebimentos altamente favorável ao reforço do orçamento da segurança social (1.6 milhões de euros em 2022). É ainda de referir que apenas 2% do total de emigrantes recebem um Rendimento Social de Inserção (RSI), o que corresponde a um valor de 312 milhões de euros. Os números mais recentes (Agosto 2025) do IEFP mostram, por seu turno, que o número de desempregados registados de cidadãos estrangeiros atingiu em Agosto deste ano os 50 137 (comparando com o mesmo mês de 2024 ocorreu uma redução de cerca de 2% de desempregados) sendo um pouco superior nas mulheres, sendo que 60% destes então inscritos nos Centros de Emprego à menos de 6 meses. Deste total, cerca de metade recebem prestações de desemprego (percentagem mais elevada do que em 2024), havendo 42% de cidadãos estrangeiros registados nos centros sem protecção e 7% a beneficiar do RSI (3.5 mil). Por nacionalidades, destacam-se nesta população desempregada os cidadãos do Brasil com 46%. De referir, ainda, que, em Agosto de 2025, os Centros de Emprego colocaram 2 241 cidadãos estrangeiros, destacando-se o emprego em actividade de serviços e comércio (65% dos mesmos).

3. As projecções demográficas para o século XXI

Sintetizamos de seguida os números do estudo “Migrações e Sustentabilidade Demográfica” (2017) promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos/Observatório da Emigração para os anos 2016-2060 e as projecções realizadas pelo INE, uma em 2020, para o período 2018-2080 e outra acabada de divulgar (30/09/2025) para o período de 2025-2100. Apesar de o estudo que referenciámos já ter alguns anos, não incorporando as mudanças expressivas que tiveram lugar na presente década, ele ainda pode constituir um instrumento válido para analisar possíveis tendências,

especialmente porque o estudo introduz projecções macroeconómicas no cálculo das necessidades em recursos humanos.

3.1. O estudo “Migrações e Sustentabilidade Demográfica”

Partindo na noção de “migrações de substituição”, que procura avaliar o volume de migrantes necessários para compensar o decréscimo do saldo natural da população, ele tem, como dissemos, a ambição de projectar a evolução demográfica necessária para responder às necessidades da economia, em que esta tem, simultaneamente, um papel de condicionante, sendo também ela, condicionada pela evolução demográfica. Ora, se a incerteza nas projecções demográficas são já em si mesmas, elevadas, elas naturalmente aumentam quando introduzimos hipotéticos cenários macroeconómicos para um tempo longo, de 50 ou de 75 anos. Mas, trata-se, como dissemos, de um exercício que nos pode fornecer, ao nível dos grandes números, indicações válidas sobre a natureza e dimensão do problema demográfico, contribuindo, desde logo, para moderar ímpetos de soluções voluntaristas a nível das políticas demográficas, permitindo respostas realistas que dificilmente revolucionarão as tendências em curso.

O estudo tem como foco principal o de definir parâmetros de evolução para a população em idade activa e para os níveis futuros de imigração, tendo como objectivo avaliar o volume de imigração necessário, ao longo deste período, para que a população em idade activa não diminua (ou que, pelo menos, seja aquela que, de acordo com os diferentes cenários macro, permite assegurar a sua realização). Ou seja, em nenhum momento se coloca como ponto de partida para a reflexão necessária, **um cenário de perda populacional em que tenhamos que trabalhar com os efeitos de uma continuada redução da população em idade activa**. Percebe-se, de alguma forma, a razão: os cenários macroeconómicos elaborados não seriam compatíveis com essa evolução. Neste quadro, para o estudo realizado a redução do saldo natural tem sempre que ser inteiramente compensada pelo aumento do saldo migratório, considerando ainda, nos números apresentados, os efeitos do envelhecimento da população na redução do peso da população em idade activa.

Mas, vejamos em concreto o que mostram os diferentes cenários que nos são apresentados:

a) Como exercício inicial (considerando projecções demográficas que se podem considerar razoavelmente verosímeis), admite-se a persistência no período considerado de um saldo natural negativo, com os níveis de fecundidade, que, podendo aumentar (a previsão baseia-se numa recuperação do indicador até 2060, atingindo valores da ordem dos 1.5 e 1.6 filhos por mulher em idade fértil), não invertem a tendência de envelhecimento (a esperança de vida irá chegar aos 88 anos), e sempre com um número de mortes acima dos nascimentos. O exercício prospectivo de projecção da população feito sem migrações levaria assim, a uma clara perda de população: calculada

em cerca de 2.5 milhões, sendo que o decréscimo da população em idade activa seria ainda superior (com 2.7 milhões). Teríamos neste quadro uma quebra de população total de -25% e uma quebra da população em idade activa de -40%. Comparando a pirâmide etária daqui resultante, entre 2016 e 2060 passaríamos de um desenho “pentagonal” para um formato de triângulo invertido (com estreitamento da base e do centro).

b) Num segundo exercício, o estudo coloca como objectivo manter a população total actualmente (ou seja, em 2016) existente (sem considerar os efeitos na pirâmide), o que coloca as necessidades de saldo migratório a rondar os 2.2 milhões de pessoas ao longo do período, ou seja, implicando um saldo anual médio positivo de 47 mil pessoas. Mas, considerando apenas esta variável de ajustamento, teríamos a população em idade activa a cair em cerca de 1 milhão de pessoas. Introduzindo então o critério de manutenção desta população, o saldo migratório necessário dispara, atingindo um total de entradas líquidas de emigrantes da ordem dos 3.5 milhões, o que eleva para 75 mil pessoas o saldo anual (que seria maior nas primeiras décadas e baixaria a partir da década de 40). Este objectivo tem, naturalmente, também, impacto na população total que deixando de ser um valor pré-definido, teria um aumento de cerca de 1.5 milhões (atingindo, em 2060, uma população residente de cerca de 12 milhões). Apesar destes números, continuará a assistir-se a um aumento do peso da população idosa, deixando muito longe de concretizar o critério da sustentabilidade demográfica.

c) Falta agora introduzir no estudo o cenário macroeconómico, com diferentes critérios alternativos e em que aqui apenas referenciamos o “cenário histórico” que é aquele em que se tomam por referência nas projecções feitas os indicadores registados em anos anteriores (a partir de 1997) mantendo a economia uma trajectória similar, e, procurando de seguida, ajustar a “oferta demográfica” às necessidades da “procura económica”, de acordo com duas hipóteses:

— Uma, meramente teórica, sem saldo migratório, em que o diferencial entre as necessidades da economia, que apontam para 5 milhões de pessoas com emprego em 2060, se confrontam com uma projecção para a população empregada de apenas 3 milhões, ou seja, havendo um défice de 2 milhões de pessoas;

— Outra, com “migração de substituição”, em que, com o mesmo cenário macro, seria necessário atingir um saldo migratório de **4 milhões de pessoas até 2060**, sendo que o mesmo resulta, por um lado, das necessidades directas da economia, que apontam para 2.2 milhões, com um acréscimo da população em idade activa em falta e os saldos migratórios de jovens e idosos. Neste cenário, estamos a falar de um saldo migratório anual médio de cerca de **90 mil pessoas** (número que historicamente apenas são ultrapassados, como vimos, nos últimos anos, e que, até pela extensão do período em análise, se tem que considerar de difícil concretização).

3.2. Projeções Demográficas do INE (2018-2080 e 2025-2100)

O INE apresentou em 2020 as suas projecções, com base na demografia, para o período 2018-2080, contemplando diferentes cenários evolutivos (um mais optimista, outro mais pessimista e um designado por “cenário central”, que foi aquele que tomámos como referência). Em finais de Setembro deste ano, o INE apresentou, finalmente, novas projecções, agora para o período 2025-2100. Comparando-as, podemos concluir que, no essencial, os novos números encontrados no trabalho mais recente vêm confirmar as tendências registadas na projecção anterior.

a) No exercício 2018-2070 a previsão apontava para que, sem fluxos migratórios, a quebra da população registada rondaria os 3 milhões. Com entrada líquida de imigrantes, no cenário apresentado, a quebra seria de 2 milhões de residentes em território nacional. Quebra esta agravada, naturalmente, pelo perfil dos mesmos, com um aumento da população idosa (em 1.2 milhões de pessoas) e com uma redução da população em idade activa em mais de 2 milhões, passando dos 6.2 milhões em 2017 para 4.2 milhões em 2080 (caindo abaixo dos 5 milhões, em 2054) e uma distribuição desigual pelas diferentes regiões (NUTS II). Este último ponto é especialmente relevante pela dimensão dos desequilíbrios regionais, ocorrendo quebras significativas da população nas regiões Norte e Centro e um crescimento da mesma em Lisboa e no Algarve. Também, especialmente afectadas as duas regiões autónomas da Madeira e Açores, que registam quebras de população de, respectivamente, 36% e 30%.

Nesta projecção, o **índice de sustentabilidade** (8), passaria de 259 pessoas em idade activa por cada 100 idosos, para apenas 138 pessoas (com os números mais baixos nas regiões Norte e Centro, com respectivamente, 110 e 122 pessoas).

Considerando os elevados valores para os fluxos migratório, o trabalho conclui que a solução passa por alterar as actuais tendências, ao nível da natalidade e da fecundidade, o que, contudo, como temos referido, não se afigura de concretização fácil.

b) Com o exercício prospectivo 2025-2100, são feitos alguns ajustamentos, mas, sendo as tendências e a dimensão dos números apresentados igualmente expressivos. Tomando novamente aqui como referência o “cenário central” (que prevê um decréscimo dos saldos migratórios que se manterão positivos até um número, na casa dos 25 mil, em 2100, o qual é cerca de metade do valor com que se trabalhou no “cenário optimista”), teremos:

— Uma redução da **população** de 2.4 milhões de pessoas, estimando-se que a mesma seja de 8.3 milhões no final do século, sendo que, na passagem para a segunda metade do século, ela estará ainda nos 10.3 milhões, ou seja, ocorrendo até 2050 uma quebra de apenas 400 mil pessoas.

— O **número de idosos** continuará a aumentar passando de 2.6 para 3.1 milhões (ou seja, o seu peso subirá de 24% para 37% da população), com o **índice de envelhecimento** a crescer até 2060, estabilizando nas décadas seguintes.

— Em sentido inverso, o **número de jovens** diminuirá de 1.4 para cerca de 1.0 milhões, e, em resultado destas duas tendências, a **idade mediana** (hoje situada nos 47.2) aumentará para os 54 anos (em 2050 atinge 52.6 anos).

— Finalmente, a **população em idade activa** diminuirá de 6.8 para 4.2 milhões de pessoas (mesmo no “cenário alto”, com uma maior entrada de imigrantes, ocorrerá uma redução deste segmento populacional com uma projecção de 5.9 milhões em 2100). Estes números, apontam, também, para uma redução do seu peso na população total, passando de 63.0% para 50.8%. Será, apesar de tudo, uma redução faseada, com a descida abaixo dos 5 milhões a ocorrer apenas em 2065.

— Por regiões, a tendência do trabalho anterior mantém-se até 2100. Assim, no “cenário central”, as Regiões Norte, Centro, Alentejo, Madeira e Açores registam as maiores quebras de população, com reduções, respectivamente, de 47%, 30%, 28%, 53% e 40%, e com as

novas regiões numa posição intermédia: Oeste e Vale do Tejo a cair 23% e Península de Setúbal a ter um muito ligeiro aumento, enquanto a Grande Lisboa e o Algarve continuarão a crescer em população, respectivamente, 26% e 17%. Estes números, configuram quebras na população em idade activa em todas as regiões, com a excepção do Algarve, em que a mesma registará um pequeno aumento. As quebras são mais sensíveis nas regiões com maior perda de população atingindo os 62% na região Norte (com o peso da população total a cair de 64% para 46%) e na região Centro (em que cai de 61% para 50%).

Estes números confirmam o pouco realismo de uma política fixada na manutenção do peso da população em idade activa face à população total (o envelhecimento vai manter-se) e, como dissemos relativamente ao estudo anterior, eles mostram a impossibilidade de fixar à partida cenários assentes na manutenção da sustentabilidade demográfica.

4. Algumas considerações finais (para debate)

Existe, sem dúvida, um problema demográfico na Europa e em Portugal, embora com diferentes contornos e cuja evolução, poderá ser mais ou menos atenuada, mas, não se afigura revertível nas próximas décadas: ou seja, continuaremos com saldos naturais negativos, havendo um maior número de mortes do que de nascimentos; haverá envelhecimento da população, acentuada pelo aumento de esperança de vida das pessoas; teremos necessidade de recorrer a fluxos migratórios positivos para responder às necessidades da economia, que requerem que a população em idade activa/emprego, não caia abaixo de um determinado nível (qual?), embora esquecendo o propósito de reposição do índice de sustentabilidade. Tratam-se de dinâmicas de evolução estruturais que ou não queremos ou não conseguimos inverter.

Temos nos últimos anos vindo a questionarmo-nos sobre se, com as novas tecnologias, a robótica e a IA, não enfrentaríamos um problema de «desemprego tecnológico», mas estamos agora, e em cima dessa interrogação, a colocar praticamente a questão inversa: se teremos os recursos humanos necessários para responder às necessidades da economia e da sociedade em que vivemos.

No futuro, e importa assumi-lo, manter o peso da população activa no total da população é **um objectivo quase impossível de atingir**, dado exigir fluxos migratórios muito elevados e que se traduziriam em necessidade económicas sempre crescentes pelo efeito no aumento da população total. Estamos confrontados com uma equação que, tendo várias incógnitas não se resolve fixando-lhe metas *à priori*. Se as projecções demográficas feitas se revelarem correctas é com o nosso modelo económico que nos devemos confrontar. Menos população? Menos população empregada? Como assegurar que isso sucede sem que a qualidade de vida da população seja afectada? O aumento da produtividade permite por si só resolver o problema? Teremos que mudar os padrões de vida e de consumo? Precisamos de relativizar conceitos, nomeadamente, aquele que faz do crescimento — medido pelo PIB — o critério primeiro de avaliação do desempenho e, adoptando, simultaneamente, novos indicadores, de referência. Quais?

As economias precisam, sem dúvida, de mobilidade da força de trabalho, sendo a imigração um recurso de que, um país como Portugal, não pode abdicar. Mas, **não é possível reequilibrar a economia e as necessidades em recursos humanos apenas com base em elevados volumes de imigração**. Os imigrantes não podem ser vistos, simplesmente, como activos humanos que preenchem as necessidades económicas. São pessoas integrantes de uma comunidade da qual fazem parte e cujo processo de integração não pode ser separado do seu papel na economia. Integração pela língua, pelas condições de vida, pela constituição de um agregado familiar, pela cultura e pelo contributo que devem dar para reforçar uma vivência colectiva e uma identidade nacional que importa salvaguardar. Nada disto é, como referimos, fácil e resolúvel no curto e médio prazo, mas valeria a pena começarmos a questionar os nossos pressupostos de partida, em que demografia e economia são medidas por indicadores de crescimento quantitativo (temos que “ser mais”, porque temos que “produzir mais”). Porventura, podemos admitir “ser menos”, até produzindo “menos”, mas produzindo melhor, criando mais valor em actividades que requerem trabalho mais qualificado e menos mão-de-obra indiferenciada, ou seja, vivendo melhor, com outros hábitos culturais e de consumo.

O “desemprego tecnológico”, não é hoje senão a necessidade que temos de alterar o perfil das qualificações profissionais, libertando o trabalho de actividades rotineiras e desgastantes. O desafio que temos pela frente é reajustar o factor trabalho e valorizá-lo, considerando que o mesmo, podendo ser, em menor número, irá criar mais valor por trabalhador (produtividade) e que a actual diferenciação de tarefas e perfis tem que ser esbatida: não devem existir funções desqualificantes ou que não exijam competências formativas, desde o atendimento e a relação com o consumidor, à relação das pessoas com a tecnologia e no seu manuseamento. A crescente separação entre funções exercidas por nacionais e por imigrantes, que existe no presente tem que ser alterada e só o pode ser dignificando e promovendo (nomeadamente, em termos remuneratórios) as actividades e funções que hoje, sendo consideradas desqualificantes são crescentemente, exercidas apenas por imigrantes.

07 Outubro 2025

CONCEITOS

- (1) Saldo natural, diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.
- (2) Saldo migratório: diferença entre o número de entradas e saídas por migração, num determinado período de tempo.
- (3) Idade mediana: idade que divide a população em dois grupos numericamente equivalentes.
- (4) Taxa bruta de natalidade: número de nascimento por 1000 habitantes.
- (5) Índice sintético de fecundidade: número médio de filhos por mulher em idade fértil (15 aos 49 anos).
- (6) Índice de envelhecimento: compara a população com ≥ 65 anos e a população dos 0 aos 14 anos (fazendo desta última o índice 100)
- (7) Índice de renovação da população em idade activa: compara a população com idades entre os 55 e 64 anos (tomadas com índice 100), com a que tem entre 20 e 29 anos.
- (8) Índice de sustentabilidade: quociente entre o número de pessoas em idade activa e as pessoas com 65 anos ou mais

ANEXOS

1 - SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2024 (ESTIMATIVAS) E 2100 (PROJEÇÕES)

Portugal e NUTS II	Cenários de projeção	População total		População 0-14 anos		População 15-64 anos		População 65 e mais anos		Índice de envelhecimento		Índice de dependência de jovens		Índice de dependência de idosos	
		2024	2100	2024	2100	2024	2100	2024	2100	2024	2100	2024	2100	2024	2100
N.º															
Portugal	Baixo		5 432 958		537 928		2 637 347		2 257 683		419,7		20,4		85,6
	Central		8 325 674		982 399		4 235 769		3 107 506		316,3		23,2		73,4
	Alto	10 749 635	11 567 332	1 359 489	1 444 471	6 774 802	5 971 663	2 615 344	4 151 198	192,4	287,4	20,1	24,2	38,6	69,5
	Sem Migrações		5 993 015		636 725		2 936 088		2 420 202		380,1		21,7		82,4
Norte	Baixo		1 103 122		79 938		436 428		586 756		734,0		18,3		134,5
	Central		1 958 542		184 063		900 896		873 583		474,6		20,4		97,0
	Alto	3 692 842	2 970 779	437 245	320 635	2 359 390	1 447 445	896 207	1 202 699	205,0	375,1	18,5	22,2	38,0	83,1
	Sem Migrações		1 705 923		143 898		778 131		783 894		544,8		18,5		100,7
Centro	Baixo		771 783		67 484		365 117		339 182		502,6		18,5		92,9
	Central		1 204 903		128 207		605 584		471 112		367,5		21,2		77,8
	Alto	1 717 560	1 718 395	195 166	200 554	1 041 732	881 876	480 662	635 965	246,3	317,1	18,7	22,7	46,1	72,1
	Sem Migrações		812 325		76 147		386 968		349 210		458,6		19,7		90,2
Oeste e Vale do Tejo	Baixo		453 560		43 095		224 767		185 698		430,9		19,2		82,6
	Central		666 403		76 686		343 321		246 396		321,3		22,3		71,8
	Alto	865 315	910 849	107 177	112 035	535 936	473 071	222 202	325 743	207,3	290,8	20,0	23,7	41,5	68,9
	Sem Migrações		473 508		49 732		234 892		188 884		379,8		21,2		80,4
Grande Lisboa	Baixo		1 664 016		191 951		869 148		602 917		314,1		22,1		69,4
	Central		2 428 424		325 046		1 290 616		812 762		250,0		25,2		63,0
	Alto	2 156 612	3 258 411	309 821	452 265	1 373 075	1 737 583	473 716	1 068 563	152,9	236,3	22,6	26,0	34,5	61,5
	Sem Migrações		1 537 100		191 430		783 191		562 479		293,8		24,4		71,8
Península de Setúbal	Baixo		598 800		70 023		314 149		214 628		306,5		22,3		68,3
	Central		875 767		121 043		470 657		284 067		234,7		25,7		60,4
	Alto	848 507	1 157 604	120 856	163 995	533 511	620 472	194 140	373 137	160,6	227,5	22,7	26,4	36,4	60,1
	Sem Migrações		630 348		82 458		330 883		217 007		263,2		24,9		65,6
Alentejo	Baixo		252 067		25 034		127 904		99 129		396,0		19,6		77,5
	Central		343 067		41 009		178 021		124 037		302,5		23,0		69,7
	Alto	474 894	439 845	57 638	54 821	286 465	227 120	130 791	157 904	226,9	288,0	20,1	24,1	45,7	69,5
	Sem Migrações		258 233		28 727		130 267		99 239		345,5		22,1		76,2
Algarve	Baixo		422 915		47 940		227 803		147 172		307,0		21,0		64,6
	Central		578 339		79 653		315 499		183 187		230,0		25,2		58,1
	Alto	492 747	735 948	66 836	103 384	306 876	397 737	119 035	234 827	178,1	227,1	21,8	26,0	38,8	59,0
	Sem Migrações		331 071		42 222		172 480		116 369		275,6		24,5		67,5
R. A. Açores	Baixo		75 347		5 453		30 004		39 890		731,5		18,2		132,9
	Central		146 971		14 915		71 702		60 354		404,7		20,8		84,2
	Alto	241 718	217 315	33 780	20 416	164 684	109 467	43 254	87 432	128,0	428,3	20,5	18,7	26,3	79,9
	Sem Migrações		122 831		10 965		59 472		52 394		477,8		18,4		88,1
R. A. Madeira	Baixo		91 348		7 010		42 027		42 311		603,6		16,7		100,7
	Central		123 258		11 777		59 473		52 008		441,6		19,8		87,4
	Alto	259 440	158 186	30 970	16 366	173 133	76 892	55 337	64 928	178,7	396,7	17,9	21,3	32,0	84,4
	Sem Migrações		121 676		11 146		59 804		50 726		455,1		18,6		84,8

Fonte: INE.

Quadro 1. População e indicadores demográficos, Portugal 2015-2024

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População total, em 31.XII ¹	(N.º)	10 368 554	10 344 478	10 335 770	10 333 496	10 375 395	10 394 297	10 421 117	10 516 621	10 639 726	10 749 635
	Homens (N.º)	4 919 465	4 907 936	4 902 631	4 898 614	4 926 990	4 942 871	4 967 262	5 020 648	5 083 568	5 140 276
	Mulheres (N.º)	5 449 089	5 436 542	5 433 139	5 434 882	5 448 405	5 451 426	5 453 855	5 495 973	5 556 158	5 609 359
	População 0-14 anos (N.º)	1 467 263	1 446 824	1 425 820	1 406 939	1 392 316	1 374 057	1 357 823	1 361 472	1 363 768	1 359 489
	População 15-64 anos (N.º)	6 736 280	6 691 202	6 657 888	6 630 739	6 624 597	6 607 987	6 601 650	6 644 245	6 711 383	6 774 802
	População 65+ anos (N.º)	2 165 011	2 206 452	2 252 062	2 295 818	2 358 482	2 412 253	2 461 644	2 510 904	2 564 575	2 615 344
	<i>População 85+ anos</i> (N.º)	298 622	310 077	322 329	332 277	343 512	352 726	362 327	368 507	379 366	388 556
População média	(N.º)	10 381 838	10 356 516	10 340 124	10 334 633	10 354 446	10 384 846	10 407 707	10 468 869	10 578 174	10 694 681
Saldo natural ²	(N.º)	- 23 039	- 23 447	- 23 604	- 26 031	- 25 264	- 38 866	- 45 220	- 40 640	- 32 596	- 33 732
	Nados-vivos, de mães residentes em Portugal (N.º)	85 500	87 126	86 154	87 020	86 579	84 530	79 582	83 671	85 699	84 642
	Óbitos, de residentes em Portugal (N.º)	108 539	110 573	109 758	113 051	111 843	123 396	124 841	124 361	118 295	118 374
Saldo migratório	(N.º)	- 3 528	- 629	14 896	23 757	67 163	57 768	72 040	136 144	155 701	143 641
	Imigrantes permanentes (N.º)	36 849	37 644	46 649	55 357	95 382	83 654	97 119	167 098	189 367	177 557
	Emigrantes permanentes (N.º)	40 377	38 273	31 753	31 600	28 219	25 886	25 079	30 954	33 666	33 916
Variação populacional	(N.º)	- 26 567	- 24 076	- 8 708	- 2 274	41 899	18 902	26 820	95 504	123 105	109 909
Taxa bruta de natalidade	(‰)	8,2	8,4	8,3	8,4	8,4	8,1	7,6	8,0	8,1	7,9
Taxa bruta de mortalidade	(‰)	10,5	10,7	10,6	10,9	10,8	11,9	12,0	11,9	11,2	11,1
Taxa de crescimento natural	(%)	-0,22	-0,23	-0,23	-0,25	-0,24	-0,37	-0,43	-0,39	-0,31	-0,32
Taxa de crescimento migratório	(%)	-0,03	-0,01	0,14	0,23	0,65	0,56	0,69	1,30	1,47	1,34
Taxa de crescimento efetivo	(%)	-0,26	-0,23	-0,08	-0,02	0,40	0,18	0,26	0,91	1,16	1,03
Índice de dependência total	(N.º)	53,9	54,6	55,2	55,8	56,6	57,3	57,9	58,3	58,5	58,7
Índice de dependência de jovens	(N.º)	21,8	21,6	21,4	21,2	21,0	20,8	20,6	20,5	20,3	20,1
Índice de dependência de idosos	(N.º)	32,1	33,0	33,8	34,6	35,6	36,5	37,3	37,8	38,2	38,6
Índice de envelhecimento	(N.º)	147,6	152,5	157,9	163,2	169,4	175,6	181,3	184,4	188,1	192,4
Índice de renovação da população em idade ativa	(N.º)	80,7	79,1	78,0	76,9	76,3	76,1	75,5	75,8	76,5	77,4
Índice de longevidade	(N.º)	49,4	49,0	48,7	48,6	48,6	48,7	48,7	48,7	49,1	49,5
Índice sintético de fecundidade	(N.º)	1,31	1,36	1,38	1,42	1,43	1,41	1,35	1,42	1,44	1,40
Idade média da mulher ao nascimento de um filho	(Anos)	30,9	31,1	31,2	31,4	31,4	31,6	31,8	31,7	31,6	31,7
Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho	(Anos)	29,5	29,6	29,6	29,8	29,9	30,2	30,4	30,3	30,2	30,3
Idade mediana da população residente	(Anos)	44,1	44,5	45,0	45,4	45,9	46,3	46,7	46,9	47,1	47,3
	Homens (Anos)	42,5	42,9	43,3	43,8	44,3	44,7	45,1	45,3	45,4	45,5
	Mulheres (Anos)	45,6	46,1	46,5	46,9	47,4	47,8	48,2	48,4	48,6	48,9
Emigrantes temporários	(N.º)	60 826	58 878	49 298	50 154	48 821	42 323	40 904	40 763	47 760	46 185

¹ 2015-2020, Estimativas Definitivas de População Residente - estimativas intercensitárias revistas (revisão regular geral) tendo por referência os resultados dos Censos 2011 e 2021. A partir de 2021, Estimativas Provisórias de População Residente – estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021.

2022, Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024, que incluem na população residente as pessoas deslocadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal.

² Os valores do saldo natural adotados nas estimativas de população residente e nos indicadores derivados, resultam dos valores de nados-vivos e óbitos, apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil, disponíveis no momento da execução das estimativas, e referentes a factos do ano anterior.